

POSITIVISMO E HISTÓRIA

José Antonio Vasconcelos

Neste texto didático vamos nos aprofundar sobre as implicações do pensamento positivista para o estudo e a pesquisa na área de História. O positivismo é uma corrente formada por pensadores diversos, havendo muitas vezes divergências entre eles. Nesse sentido, nos ateremos a dois dos mais representativos, Augusto Comte e John Stuart Mill. O primeiro cunhou o termo “positivismo” e estabeleceu as bases desse sistema de pensamento que pretendia, entre outras coisas, tornar o estudo do ser humano em sociedade uma verdadeira “ciência”. O segundo, sem se afastar completamente dessa linha de pensamento, se coloca como instância crítica em relação a alguns aspectos do positivismo tradicional.

No caso específico da História, o desafio proposto pelo positivismo é o de justificar as pretensões de cientificidade da historiografia. Já que a ciência, na concepção positivista, visa estabelecer **leis gerais** para os fenômenos estudados, como entender a cientificidade de uma forma de conhecimento como a História, que lida fundamentalmente com a descrição e análise de fatos e processos **particulares**? É essa a principal questão que procuraremos identificar.

1. O pensamento positivista

O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu no início do século XIX e que mantém uma visão otimista dos resultados da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Uma das principais características do positivismo era a valorização exacerbada das conquistas da ciência. Esta era entendida como uma forma de conhecimento que, partindo de observações e experimentações no campo prático, podia chegar à formulação de leis gerais e de caráter objetivo. A física newtoniana, por exemplo, investigava o movimento de queda livre para, a partir de observações controladas, chegar à fórmula da aceleração

gravitacional. Uma vez descoberta a fórmula, esta passa a ter validade como lei geral e objetiva. Por exemplo: **sempre** que um corpo for solto em queda livre, terá uma aceleração de cerca de 9,8 metros por segundo ao quadrado.

De um ponto de vista epistemológico, o traço mais marcante do positivismo é sua oposição ao idealismo. Este concebia a natureza como que uma “representação” de um “Eu” transcendental. A teoria positivista do conhecimento, pelo contrário, enfatiza a experiência imediata, tomando como realidade primordial os dados obtidos por meio da experiência sensível.

O pensamento positivista encontrou no século XIX sua expressão de apelo mais popular na filosofia de Augusto Comte. Os dois pilares de sua filosofia são a concepção de progresso no conhecimento humano, que passaria necessariamente por três estados – teológico, metafísico e positivo – e o estabelecimento de uma hierarquia das ciências, das mais simples às mais complexas. Na verdade, nenhuma dessas duas ideias é realmente muito original, pois já tinham sido levantadas por pensadores do século XVIII, mas foi Comte quem as introduziu num sistema geral, que colocava a teoria do conhecimento no âmbito de uma teoria geral da ciência.

Para Comte (1987), o conhecimento em geral se identifica com o conhecimento da natureza. Em suas origens, de acordo com Comte, a humanidade não possuía os recursos tecnológicos e conceituais de que passou a dispor a partir do século XIX e, por isso, atribuía os fenômenos da natureza a forças sobrenaturais. A chuva, o raio e o trovão, por exemplo, seriam considerados efeitos da ação de “deuses”, cujo temperamento instável seria a causa da instabilidade climática. Num segundo momento, sem que ainda se esgotassem as forças desse estado teológico, surgiu uma outra forma completamente diferente de conceber o mundo. Tratava-se do estado metafísico, no qual se acreditava que os fenômenos naturais são devidos a propriedades que lhes são imanentes. Nesse sentido, haveria uma “substância” ou uma “finalidade” que unificaria e tornaria inteligível a multiplicidade dos dados da experiência. No terceiro e último estado, chamado de científico ou positivo, compreendeu-se finalmente que os dados da experiência não apontam para uma realidade teológica ou metafísica que lhes sejam subjacentes, mas antes, eles constituem em si mesmos a própria realidade. Nesse sentido, o positivismo entende que os fenômenos da natureza são

regidos por leis que não estão ocultas numa esfera sobrenatural nem tampouco numa essência abstrata, mas que, pelo contrário, podem ser perfeitamente conhecidas, desde que as estudemos de modo rigorosamente científico.

Na filosofia de Comte, as diferentes ciências se situam numa escala de importância e complexidade crescentes. As mais simples seriam a matemática e a astronomia. Em si mesmas, porém, elas têm pouca ou nenhuma utilidade. Elas ganham importância na medida em que servem de fundamento para a física e a química (é possível, por exemplo, conceber um matemático sem um conhecimento profundo de física, mas o oposto não é verdadeiro). A física e a química, enfim, servem de base para a constituição de ciências ainda mais complexas: a biologia e a sociologia. Esta última, na visão de Comte, seria, ao mesmo tempo, a mais complexa e a mais importante das ciências.

Identificando o conhecimento verdadeiro com o conhecimento da ciência, o positivismo substituiu as longas e complexas questões envolvendo a constituição da subjetividade por questões de metodologia. Em outras palavras, assumindo a representação dos fatos como uma atividade não problemática, o positivismo postula que o erro só pode resultar da falta de rigor metodológico na análise dos fatos. Nesse sentido, o conhecimento verdadeiro se torna necessariamente um conhecimento objetivo. A partir de então, o conhecimento “positivo” se define como o conhecimento do real em oposição à quimera, da certeza frente à indecisão, do preciso em face do vago e do útil em contraposição ao supérfluo.

Embora o positivismo de Augusto Comte tenha um nítido parentesco com o empirismo inglês da Idade Moderna, há diferenças significativas. A principal delas está no propósito positivista de encontrar leis gerais para a explicação dos fenômenos particulares. Os empiristas argumentavam que, sendo a experiência sensível a única fonte possível de conhecimento, e sendo os objetos da experiência sempre particulares, o conteúdo de qualquer conhecimento que se pretenda válido deveria também ser particular. Segundo Augusto Comte, porém, as leis permitem previsões e estas, por sua vez, podem nortear as ações humanas. A universalidade das leis e não a particularidade dos fatos é que constituiriam, para Comte, o objeto de um conhecimento genuinamente científico e verdadeiro.

Na Inglaterra, e particularmente na obra do filósofo inglês John Stuart Mill, podemos encontrar uma outra vertente da concepção positivista do conhecimento, desta vez mais próxima de sua raiz empirista. Tendo sido um leitor apaixonado das obras de David Hume, Mill elabora uma interpretação particular do princípio de associação desenvolvido por aquele pensador. Segundo o filósofo, o raciocínio indutivo não consiste na passagem do particular para o geral, como postula a lógica aristotélica, mas sim de um particular a outro particular. Em virtude de semelhanças que diferentes fatos possuem entre si, a mente humana isola determinados traços desses fatos e estabelece analogias, que não se confundem com a concepção de uma essência abstrata, nem tampouco implicam no caráter de necessidade desses traços. Tomemos um exemplo: se eu sei que diversos homens no passado morreram, posso inferir que o Duque de Wellington, sendo um homem, também morrerá, mesmo sem ter experienciado esse fato. Tal como acreditava Comte, a experiência pode nos conduzir a leis gerais que nos permitem a previsão de fatos futuros. Contudo, para Mill, pelo fato de terem fundamento em experiências particulares, as leis gerais jamais podem ter o caráter de necessidade.

O positivismo exerceu um grande fascínio entre muitos intelectuais desde o século XIX até os dias de hoje. O lema da bandeira nacional brasileira, por exemplo – “Ordem e Progresso” –, teve inspiração na filosofia positivista. Contudo, o positivismo revela também algumas claras insuficiências epistemológicas. Uma delas é a recusa em admitir que o mito e a metafísica não constituem formas de pensamento inferiores, mas diferentes. Por mais que a tecnologia acene com infinitas possibilidades de superação dos limites humanos, nossa consciência religiosa ou metafísica não tem dado mostras de esgotamento. Em outras palavras, o conhecimento científico não é senão **uma** dentre outras formas de conhecimento.

E mais do que isso, ao tomar os fenômenos em si mesmos como a realidade a ser conhecida, recusando qualquer questionamento sobre uma realidade que esteja para além deles – ou seja, ao recusar qualquer indagação de tipo metafísico –, o positivismo na verdade assume como convicção algo que não passa de uma imperdoável ingenuidade epistemológica. Noções como

“ser”, “matéria”, “tempo” e “natureza”, por exemplo, são pressupostos pela ciência, mas não são conceitos científicos. Quem os elucida é a metafísica.

2. A historiografia “positivista”

No século XIX, surgiu um modelo de pesquisa histórica que recebeu o nome de “História positivista”. Essa expressão, contudo, revela algumas inadequações que devem ser explicadas de antemão. Em primeiro lugar, uma abordagem estritamente positivista da História é simplesmente impossível. O positivismo, como vimos anteriormente, busca estabelecer leis gerais a partir de uma pesquisa empírica, isto é, baseada na observação e experimentação. Mas no estudo da História não há lugar para isso. Os fatos históricos não se repetem. Só existiu um único Dom Pedro I e só houve um grito do Ipiranga. Do mesmo modo, só houve uma final da Copa de 1950. Podemos ter situações parecidas em momentos diferentes do tempo, e o conhecimento do passado pode nos ajudar a entender melhor o presente, mas não se trata de leis gerais: uma nova final da copa do mundo no Maracanã entre Brasil e Uruguai pode ter resultados completamente inesperados. Uma nova proclamação da Independência é impensável. Não há, portanto, como generalizar acontecimentos que são únicos.

Além disso, os fatos do passado não se prestam a um estudo empírico, pois não são observáveis. Não há como “observar” e ainda menos como “fazer experiências” tendo em vista objetos como a escravidão no antigo Egito, a crise da República romana, o movimento cruzadista ou a política externa brasileira durante o Segundo Reinado. E isso por um motivo muito simples: o passado é aquilo que “já passou” e que, portanto, não existe mais, não está mais acessível à percepção imediata. O que temos disponível para nossa observação não é o passado em si mesmo, mas **vestígios** desse passado existindo no **presente**.

Se o conhecimento histórico não pode ser expresso por meio de leis gerais e nem se constrói a partir de observações empíricas, como ainda assim é possível falar em “historiografia positivista”? O fato é que o positivismo atribui uma outra característica ao conhecimento científico, que é considerado como o único realmente válido: a objetividade. Em função disso, alguns historiadores

do século XX passaram a se referir à historiografia tradicional do século XIX, também conhecida como “Escola Metódica”, a alcunha de “História Positivista”. Como se trata de um uso muito comum entre historiadores, o reproduzo nesse texto, mas sempre entre aspas.

Mesmo admitindo a impossibilidade de formular leis gerais para os eventos históricos, os historiadores “positivistas” insistem no caráter científico da história, argumentando que o passado pode ser conhecido de modo objetivo, desde que utilizemos uma metodologia adequada. A Historiografia positivista é tradicionalmente associada ao nome do historiador alemão Leopold von Ranke, que viveu e escreveu no século XIX, embora ele mesmo chamasse a corrente teórica que inaugurava de “historismo” e não “positivismo”. Ranke acreditava que a História deveria retratar o passado “tal como realmente aconteceu”, ou seja, separar o que é fato e o que é ficção, incorporar ao relato histórico o real e descartar o imaginado. Na época de Ranke, ainda era muito forte a ideia de que a História tinha como propósito propiciar aos leitores um conjunto de “lições de moral”. Além disso, muitos entendiam de forma confusa a função social do historiador, considerando-o frequentemente um mero “coleccionador de antiguidades”. Para Ranke, a História, para ser uma ciência, deveria desenvolver métodos e técnicas que permitissem o máximo de objetividade possível nos resultados e o máximo de imparcialidade por parte do pesquisador.

Para garantir a veracidade dos fatos apurados na pesquisa historiográfica os historiadores “positivistas” desenvolveram um método chamado de “crítica das fontes”. Em primeiro lugar se fazia necessária uma crítica interna do documento. Isso significa que o historiador deve ler o documento em busca de inconsistências e/ou contradições, de modo a separar os fatos objetivos de meras opiniões pessoais, preconceitos ou mesmo mentiras colocadas ali pelo autor do texto. Em segundo lugar o historiador deve operar uma crítica externa, isto é, comparar as informações do documento com outras informações disponíveis sobre aquele mesmo objeto e período estudado. Se as informações forem desconstruídas, é porque as informações apresentadas no documento podem não ser verdadeiras ou existe a possibilidade até mesmo de que o documento seja falso.

Outro problema enfrentado pela historiografia positivista é a seleção daquilo que conta (ou não) para a História. Uma das maiores críticas aos colecionares de antiguidades, chamados de **antiquários**, é que estes coletavam o que quer que fosse antigo, como se a passagem do tempo tornasse os objetos mais “históricos”. Porém, esses historiadores acabavam constituindo um conjunto desordenado de fatos, sem muita relação uns com os outros. Em função disso, os historiadores positivistas estabeleceram que a formação do Estado seria o objeto privilegiado do historiador. Documentos oficiais, emitidos por autoridades competentes, seriam as fontes históricas de primeira ordem. Todo o resto – cartas, notícias de jornal, textos literários, imagens, vestígios arqueológicos etc. – só interessariam à História na medida em que corroborassem as descobertas realizadas a partir de um estudo crítico dos documentos oficiais.

A historiografia positivista representou um avanço importante no que diz respeito ao rigor metodológico e ao tratamento das fontes. A partir do século XIX a História se tornou uma disciplina autônoma, pois até então se confundia em muitos aspectos com a literatura. Além disso, ela estabeleceu uma periodização nos estudos históricos que é utilizada até os dias de hoje.

A abordagem positivista clássica (Augusto Comte e John Stuart Mill) buscava estudar as sociedades humanas utilizando os mesmos métodos utilizados no estudo dos fenômenos naturais. Mas, se um objeto da física – digamos, um corpo sujeito à ação da gravidade – pode ser estudado de modo objetivo (afinal, trata-se de um **objeto**), o mesmo não ocorre com o estudo do comportamento humano, que é resultado não de objetos, mas de sujeitos. Em outras palavras, no estudo das sociedades humanas, a relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado não é de ordem subjetiva, mas sim **intersubjetiva**. O pesquisador, que é um sujeito, investiga o comportamento de outros sujeitos, e os valores, crenças e preconceitos do cientista invariavelmente influenciam os resultados da pesquisa. E a História, enquanto ciência humana, não foge à regra.

Síntese

O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu no século XIX, tendo como principais características a supervalorização do conhecimento científico e a reação contra o idealismo. O autor mais representativo do positivismo é Augusto Comte, para o qual o conhecimento humano se encontra num contínuo processo de evolução, passando fundamentalmente por três estágios: religioso, metafísico e científico. O ideal de cientificidade em Augusto Comte se identifica com o método empírico, baseado na observação e experimentação com o intuito de descobrir leis gerais da natureza e/ou do comportamento humano. De acordo com esse autor, as leis permitiriam a previsão de fenômenos futuros e esta previsão, por sua vez, nortearia a ação humana.

Outro pensador de destaque na corrente positivista é John Stuart Mill. Tal como Comte, Mill valorizava a ciência e, em especial, o conhecimento científico obtido a partir do método empírico. Porém, diferente de Comte, o filósofo inglês não acreditava que podemos chegar a leis gerais de caráter universalmente válido, mas sempre a soluções prováveis e sempre sujeitas à incerteza. Em outras palavras, tanto para Comte quanto para Mill o conhecimento científico deve ser objetivo, mas enquanto o primeiro acreditava na possibilidade de uma certeza absoluta, Mill admitia que a ciência devesse se contentar com certo grau de probabilidade em seus enunciados.

O modelo positivista de ciência se presta mal ao estudo da História, pois esta não busca identificar leis gerais, mas, pelo contrário, tem por objeto fatos particulares. Mesmo assim ainda podemos falar numa historiografia “positivista” na medida em que esta procure apresentar seus resultados de forma objetiva e imparcial. Uma das mais importantes tendências historiográficas, nesse sentido, é a escola historicista, inaugurada pelo historiador alemão Leopold von Ranke, no século XIX. Ranke forneceu importantes contribuições teóricas e metodológicas para a pesquisa histórica, principalmente no que diz respeito à crítica das fontes. Contudo, o modelo rankeano de pesquisa histórica não pode alcançar o ideal de objetividade pretendido, pois em se tratando de uma ciência humana, o resultado da pesquisa historiográfica sempre será afetado, ainda que implicitamente, pelos interesses e valores do pesquisador.